

Poder Legislativo - ADM 2025/2026

PROJETO RESOLUÇÃO Nº 008, DE 02 DE JUNHO DE 2025

Presidente Secretário

Ma Liporicinal de Bandeirantes-TO

REGULAMENTA A LEI FEDERAL Nº 14.129, DE 29 DE MARÇO DE 2021, NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE BANDEIRANTES DO TOCANTINS/TO, INSTITUINDO O PROGRAMA GOVERNO DIGITAL DO LEGISLATIVO DE BANDEIRANTES DO TOCANTINS – GDLB E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES DO TOCANTINS, Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais e regimentais, submete à apreciação do Plenário o seguinte PROJETO RESOLUÇÃO Nº 008:

CONSIDERANDO os princípios e diretrizes previstos na Lei Federal nº 14.129, de 29 de março de 2021 – Lei do Governo Digital, que visam à desburocratização, transformação digital, eficiência administrativa e participação cidadã;

CONSIDERANDO que o artigo 2º, inciso III, da referida lei estabelece a necessidade de ato normativo próprio para aplicação em nível municipal;

CONSIDERANDO o compromisso da Câmara Municipal de Bandeirantes/TO com a modernização da gestão pública legislativa e a ampliação do acesso digital aos seus serviços e informações;

CONSIDERANDO que a transformação digital contribui para maior economicidade, agilidade e controle social sobre a atividade legislativa;

CONSIDERANDO a importância de garantir o acesso universal aos serviços públicos prestados pela Câmara, inclusive por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, nos termos da Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015);



Poder Legislativo - ADM 2025/2026

CONSIDERANDO a necessidade de padronização de processos, interoperabilidade entre sistemas e gestão transparente da informação legislativa;

RESOLVE:

Art. 1º INSTITUIR, no âmbito da Câmara Municipal de Bandeirantes do Tocantins – TO, o Programa Governo Digital do Legislativo Bandeirantense – GDLB, com a finalidade de promover a transformação digital dos serviços legislativos, conforme os princípios e diretrizes da Lei Federal nº 14.129/2021.

Art. 2º O GDLB observará as seguintes diretrizes:

- I Promoção da inclusão digital e ampliação do acesso da população aos serviços legislativos;
- II Utilização da tecnologia como meio de aproximação entre o cidadão e o Poder Legislativo;
- III Melhoria contínua dos processos internos e canais digitais de atendimento;
- IV Garantia da interoperabilidade, acessibilidade e segurança da informação;
- V Estímulo à participação cidadã na fiscalização das ações parlamentares e na formulação de políticas públicas;
- VI Redução de custos operacionais e eliminação de exigências burocráticas desnecessárias:
- VII Adoção de linguagem simples, acessível e objetiva nos serviços prestados digitalmente;



Poder Legislativo - ADM 2025/2026

- VIII Transparência ativa de informações sobre processos legislativos, financeiros e administrativos.
- **Art. 3º** Compete à Secretaria Administrativa da Câmara, em parceria com a futura Coordenadoria de Tecnologia da Informação, coordenar o estudo e implementação de soluções digitais, bem como promover capacitações para os servidores quanto às ferramentas do GDLB.

Parágrafo único. Deverão ser estabelecidos indicadores de desempenho e metas anuais para avaliação da execução do GDLB.

Art. 4º O GDLB poderá incluir:

- I Portal da Transparência;
- II Sistema de Ouvidoria Eletrônica (e-OUV);
- III Serviço de Informações ao Cidadão Eletrônico (e-SIC);
- IV Transmissão ao vivo das sessões legislativas;
- V Banco digital de leis e proposições;
- VI Registro eletrônico de sessões, comissões e votações;
- VII Ferramenta de consulta pública e avaliação dos serviços;
- VIII Sistema de protocolo digital;
- IX Cadastro de participantes em audiências públicas e eventos legislativos;
- X Painel de indicadores legislativos e de desempenho institucional;
- XI Plataforma de participação social para sugestões e manifestações da população;



Poder Legislativo - ADM 2025/2026

- XII Sistema de tramitação legislativa digital (processo eletrônico);
- XIII Base de dados abertos para uso por pesquisadores, jornalistas e cidadãos;
 - XIV Sistema web de controle interno;
 - XV Mural eletrônico e pesquisa de satisfação de usuários.
- **Art. 5º** As plataformas e sistemas utilizados deverão estar em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD Lei Federal nº 13.709/2018), com o Marco Civil da Internet, com a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e com as diretrizes de segurança da informação, adotandose critérios de criptografia, rastreabilidade e autenticação de usuários.
- **Art. 6º** Ficam garantidos aos cidadãos os seguintes direitos no âmbito do Governo Digital:
 - I Protocolização digital de pedidos e requerimentos;
 - II Recebimento de comprovante digital;
 - III Acompanhamento online dos serviços solicitados;
- IV Atendimento gratuito, salvo em casos de reprodução física de documentos;
- V Acesso à legislação e atos normativos de forma clara e acessível;
- VI Participação digital nas consultas públicas, audiências e enquetes legislativas;
- VII Disponibilidade de canais de atendimento acessíveis, inclusive para pessoas com deficiência.



Poder Legislativo - ADM 2025/2026

Art. 7º A Câmara poderá firmar parcerias com entidades públicas ou privadas para fomentar a inovação digital, desde que respeitados os princípios da legalidade, transparência e finalidade pública.

Parágrafo único. A implementação de novas ferramentas digitais deverá priorizar soluções de código aberto, reutilização de tecnologias e padronização com órgãos de controle.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Bandeirantes do Tocantins, TO, 02 de junho de 2025.

Ancelmo Matias Gomes

Presidente da Câmara de Vereadores

Inácio Pinheiro Lima

Vice-Presidente

Advaldo Pereira

1º Secretário



Poder Legislativo - ADM 2025/2026

Bandeirantes do Tocantins, TO, 02 de junho de 2025.

Ancelmo Matias Gomes

Presidente da Câmara de Vereadores

Inácio Pinheiro Lima

Vice-Presidente

Advaldo Pereira

1º Secretário

